

Quantificando as Fraudes Contábeis sob duas óticas: Jornais Econômicos versus Periódicos Acadêmicos no período de 2001- 2004

*Fernando Dal-ri Murcia e José Alonso Borba
Programa de Mestrado em Contabilidade da
Universidade Federal de Santa Catarina - PPGC/ UFSC*

Resumo

Os recentes escândalos contábeis envolvendo companhias como Enron, WorldCom, Parmalat e Bombril têm levantado questões sobre a confiabilidade dos relatórios contábeis resultando na perda da utilidade dessas informações. Para uma compreensão destas complexas questões que envolvem o gerenciamento e a manipulação das informações contábeis nas organizações, este estudo objetiva analisar o tema 'fraudes' no período de 2001-2004. Para isso, buscou-se quantificar os artigos relacionados com o tema fraudes contábeis sob duas óticas distintas: uma visão acadêmica e uma visão não acadêmica. Primeiramente buscou-se analisar a repercussão das fraudes contábeis retratadas nos dois principais jornais econômicos brasileiros: Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Na segunda parte deste estudo buscou-se quantificar os artigos acadêmicos (nacionais e internacionais) que tratavam do tema 'fraudes' nas principais revistas acadêmicas de contabilidade e auditoria. Foram selecionadas e analisadas 7 (sete) revistas nacionais e 21 (vinte e uma) revistas internacionais para a consecução deste objetivo. Esta pesquisa evidencia que o tema fraudes contábeis apesar de muito discutido no âmbito dos jornais econômicos e em revistas acadêmicas internacionais, ainda é pouco explorado e discutido no âmbito acadêmico nacional.

1. Introdução

Os casos de corrupção, 'mensalão' e lavagens de dinheiro são notícias diárias nos meios de comunicação e fazem parte da vida de todos os brasileiros. Embora estas questões estejam sendo muito discutidas recentemente, o estudo das fraudes nas organizações é antigo. O livro *O Código Da Vinci*, por exemplo, que defende que Jesus Cristo era casado com Maria Madalena, uma prostituta segundo a Bíblia, levantando questões sobre uma possível fraude na igreja católica. (SILVA, 2004)

Em 1939, James Sutherland criou o termo 'crime do colarinho branco (white-collar crime)' com o objetivo de caracterizar os atos criminosos envolvendo organizações e indivíduos que agem em benefício próprio. (WELLS, 2005) Desde então, este termo ganhou notoriedade, e hoje os crimes de colarinho branco podem ser caracterizados como qualquer crime econômico ou financeiro.

Muitas vezes, proprietários, gerentes e contadores utilizam seus conhecimentos sobre as normas e padrões contábeis com o objetivo de enviesar e manipular os relatórios contábeis em um processo conhecido como contabilidade criativa (creative accounting). Este processo de gerenciamento da informação a ser evidenciada reduz a qualidade dos relatórios contábeis, tornando suas informações mais opacas em um processo também conhecido como 'smoothing'.

Mais especificamente nos escândalos da Enron, WorldCom e Parmalat comprovou-se a existência de fraudes contábeis. Segundo Albrecht (2003) as fraudes contábeis visam manipular os resultados da organização no intuito de demonstrar uma situação enganosa podendo assim causar sérios problemas aos usuários externos dessa informação. Esses danos também geram perdas no âmbito financeiro e prejudicam a alocação dos recursos escassos na economia mundial. Nos Estados

Unidos, segundo Rezaee (2005) as fraudes contábeis causaram prejuízos de mais de \$500 bilhões de dólares nos últimos anos.

No âmbito acadêmico, inúmeros pesquisadores têm discutido temas relacionados a fraudes em seus estudos. Por exemplo, Farber (2005) analisou os mecanismos de governança de uma amostra de 87 empresas que haviam sido notificadas como empresas fraudulentas pela SEC (Securities Exchange Commission). Seus resultados evidenciaram que essas entidades possuíam mecanismos de governança considerados pobres quando comparadas com empresas não-fraudulentas.

Gillet e Uddin (2005) analisaram as intenções de 139 diretores financeiros (CFO) de evidenciar relatórios contábeis fraudulentos, e concluíram que quanto maior a companhia, maior a chance de se ocorrer uma fraude. Esse estudo também comprovou que a estrutura de compensação dos diretores não estava positivamente correlacionada com a evidenciação de relatórios contábeis fraudulentos, sugerindo que esse item não interfere na evidenciação de relatórios contábeis fraudulentos.

Outros pesquisadores de países considerados emergentes também têm buscado uma compreensão do tema fraudes em seus respectivos países. Alleyne e Howard (2005) analisaram a percepção dos profissionais de auditoria a respeito detecção das fraudes contábeis através de um estudo empírico realizado em Barbados. Smith et al. (2005) realizou um estudo similar na Malásia tentando identificar os principais sinais de alerta (red flags) na opinião dos auditores independentes.

No Brasil, país que segundo Kanitz (1999) “é pouco auditado e muito vulnerável a ação de corruptores e corruptíveis”, poucos acadêmicos têm estudado temas relacionados a fraudes em suas pesquisas. Para Silva (2004) “Existe uma deficiência no ensino da contabilidade no Brasil. Segundo o autor, na universidade apenas, “contabilidade do bem” é discutida. As práticas contábeis inadequadas não são estudadas.” Neste sentido, este estudo possui um enfoque exploratório com o intuito de aprofundar os conhecimentos acerca do tema ‘fraudes’ no cenário nacional.

2. As fraudes e a republicação dos relatórios contábeis.

Ao contrario do ‘erro’ que se trata de um ato não intencional, a fraude refere-se ao ato intencional de tirar benefício próprio de determinada situação. O Conselho Federal de Contabilidade através da resolução 836/00 na interpretação técnica da NBC T11 – IT 3, caracteriza as fraudes como:

- ✓ Manipulação, falsificação, ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- ✓ Apropriação indébita de ativos
- ✓ Suspensão ou omissão de transações nos registros contábeis
- ✓ Registros de transações sem comprovação; e
- ✓ Aplicação de praticas contábeis indevidas

As fraudes podem ser divididas em dois grandes grupos:

Fraudes Gerenciais: São aquelas cometidas contra a organização. Esse tipo de fraude ocorre quando um empregado utiliza os recursos da entidade para benefício próprio. Segundo resultados de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por Wells (2004) 68% das fraudes gerenciais foram cometidas por empregados (employees), 34% foram cometidas por gerentes (managers) e 12% foram cometidas pelos proprietários (owners) da entidade. Wells ainda ressalta que muitas dessas fraudes envolveram colusão entre empregados, gerentes e proprietários.

Fraudes Contábeis: São aquelas cometidas em favor da organização. Este tipo de fraude é geralmente realizado pelos executivos da empresa ao evidenciar relatórios contábeis fraudulentos. Segundo Albrecht (2003) as fraudes contábeis geralmente

ocorrem quando a empresa passa por um período de prejuízos, ou um lucro menor que o esperado. Neste caso, os executivos tentaram manipular os relatórios contábeis no intuito de inflar seus lucros, para que o mercado de capitais reaja positivamente a evidenciação dos demonstrativos contábeis. Segundo Rezzae (2005) também envolve os seguintes atos:

- ✓ Falsificação, adulteração ou manipulação das transações contábeis e documentos de suporte.
- ✓ Erro intencional ou omissão de eventos, transações e de informações relevantes para a preparação dos relatórios contábeis.
- ✓ Não aplicação, ou falha intencional na execução dos postulados, princípios, convenções da contabilidade (PCGA).
- ✓ Uso de contabilidade agressiva através do gerenciamento de lucros
- ✓ Manipulação das praticas contábeis através do uso dos princípios contábeis geralmente aceitos (PCGA) no intuito de esconder a essência dos eventos.

Na prática uma organização pode estar cometendo uma fraude contábil ou alguns de seus empregados podem estar desviando recursos da entidade, cometendo uma fraude gerencial. Entretanto, esses dois tipos de fraude parecem estar intimamente conectados. Uma ambiente no qual os diretores e executivos adotam uma postura fraudulenta, seja na sonegação de impostos ou na evidenciação dos relatórios contábeis para o mercado de capitais, sugere um ambiente igualmente propicio para a fraude gerencial.

Quando alguma empresa de capital aberto omite ou enviesa informações acerca da riqueza patrimonial, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)- órgão regulador do mercado de capitais do Brasil - intervém a fim de garantir confiabilidade aos relatórios publicados pelas companhias. A CVM tem como uma de suas atribuições fiscalizar a publicação dos relatórios trimestrais – ITR e anuais – IAN, com competência para exigir republicação (refazimento) dessas demonstrações.

De acordo com o site da CVM, no período de 2001 a 2004, 18 empresas foram notificadas por não cumprir as exigências mínimas impostas às companhias de capital aberto. Essa notificação exigiu o refazimento (republicação) dos relatórios contábeis destas entidades. O quadro 1 apresenta as empresas notificadas.

Ano	Empresas	Período	Notificação CVM
2000	Const. Sultepa	Ano	15/Ago/2001
	Pronor Petroquímica	Ano	20/Jun/2001
	Josapar	Ano	31/Jul/2001
	Sifco	Ano	23/Abr/2004
	Elektro	Ano + 1º e 2º trim.	08/Nov/2001
2001	Duke Energy	Ano	25/Abr/2002
	Acesita	2º e 3º trim. + Ano	07/Fev/2002
	Siderúrgica J. L. Aliperti	Ano + 2 anos anter.	17/Out/2002
	CELESC	Ano	25/Abr/2002
	Energia Paulista	Ano	26/Abr/2002
	Varia	Ano	23/Set/2002
2002	Varia	1º e 2º trim.	23/Set/2002
	Caraíba Metais	Ano	06/Jun/2003
	Parapanema	Ano	06/Jun/2003
	CEMIG	2º trim.	23/Set/2002
	Wetzel	Ano + ano anter.	06/Jun/2003
2003	Sadia	Ano + ano anter.	09/Fev/2004
	CEMAR	Ano	28/Abr/2004

Fonte: Murcia, Borba e Amaral (2005)
Quadro 1. Empresas notificadas pela CVM

Apesar de pouco divulgado no cenário nacional, o tema 'republicação' dos relatórios contábeis tem sido estudado e pesquisado por diversos autores no âmbito internacional. DeFond e Jiambalvo (1991) examinaram a incidência de erros contábeis (ajustes de exercícios anteriores) em 41 empresas e compararam com a mesma quantidade de empresas que tiveram o mesmo problema. Esta comparação foi usada para sublinhar algumas das circunstâncias na motivação dos gerentes na utilização de ajustes contábeis como uma ferramenta de gerenciamento de lucros.

Kinney, Palmrose e Scholz (2004) mostraram que os serviços de consultoria afetam, reduzem ou comprometem a qualidade da auditoria quando esses dois serviços são fornecidos pela mesma empresa. Assumindo que as republicações refletem uma baixa qualidade das demonstrações contábeis publicadas, eles investigaram os honorários pagos às empresas de auditoria pelas empresas que republicaram seus balanços (1995 a 2000) e compararam com um outro grupo (controle) que não havia tido republicações durante o mesmo período. As empresas que gastaram grandes quantias com serviços relacionados a impostos tiveram menos republicações do que aquelas que gastaram pouco ou nada. Na opinião dos autores, isso evidencia que os efeitos da dependência econômica de um cliente são mais do que compensadas pelos benefícios decorrentes da qualidade das demonstrações financeiras.

Hribar e Jenkins (2004) mostram que o custo de capital aumenta após os anúncios de republicação e Wu (2002) constata que os ganhos declinam após as republicações, provavelmente indicando uma perda de confiança na qualidade dos lucros. Recentemente Srinivasan (2005) usou uma amostra de 405 companhias que relacionaram seus ganhos de 1997 a 2001 para examinar as penalidades que os comitês de auditoria sofreram quando suas empresas tiveram que republicar os balanços.

As republicações podem diminuir o resultado apresentado ou aumentá-lo. As diminuições sugerem uma contabilidade conservadora enquanto os aumentos uma contabilidade "dinâmica" ou "agressiva". Essas republicações são decorrentes de ações de rotina tais como operações de descontinuidade ou da força tarefa do FASB (*Emergin-issues task force rulings*). O GAO (*General Accounting Office*) descobriu que 845 companhias anunciaram republicações envolvendo irregularidades contábeis. Consistente com outros estudos, a razão mais importante dessas republicações foi o reconhecimento de receitas inadequadas ou inexistentes (*fictitious revenues*) com aproximadamente 38%. Em uma pesquisa semelhante realizada pela Huron Corporation (2005) o número de empresas notificadas pela SEC praticamente dobrou entre os anos de 2000-2004.

3. A governança corporativa

Na tentativa de reduzir a opacidade dos relatórios contábeis num processo conhecido como contabilidade forense (*forensic accounting*), diversos mecanismos de regulamentação foram criados pelas agências reguladoras no intuito de recuperar a credibilidade dos relatórios contábeis. Entre esses mecanismos podemos destacar a lei Sarbanes-Oxley, criada por dois senadores americanos logo após os escândalos contábeis de 2002 que obriga as empresas listadas na bolsa de valores norte-americanas (NYSE e Nasdaq) e subsidiárias a demonstrarem total transparência em seus resultados financeiros. Segundo Wells (2005) a Sarbanes-Oxley Act of 2002 tem como principais objetivos:

- ✓ Estabelecer melhores padrões para governança corporativa e responsabilidade da entidade
- ✓ Criar um sistema regulador independente para a profissão contábil – Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)
- ✓ Melhorar a qualidade e transparência dos relatórios contábeis
- ✓ Determinar penalidades criminais e civis para os fraudadores de relatórios contábeis
- ✓ Estabelecer leis de proteção aos que reportam as ocorrências de fraudes (whistleblowers)

No Brasil, mudanças na Lei das Sociedades Anônimas e no Código Civil demonstram claramente a preocupação, não apenas de nossos doutrinadores, mas da sociedade como um todo, com os recentes escândalos financeiros que abalaram a economia americana e mundial. A deliberação CVM nº 388, de 2 de maio de 2001, foi o dispositivo legal que permitiu à Autarquia divulgar as informações dos órgãos para todo o mercado. Esta deliberação também autorizou a reforma pelo Colegiado da CVM, quando assim este entender, em face de recurso interposto pelas companhias notificadas.

A evidenciação de informações fidedignas e úteis ao processo decisório do usuário esta diretamente correlacionada com seu poder de barganha. No cenário nacional, o governo (fisco) possui um poder de barganha superior aos outros usuários da informação contábil, o que leva muitas empresas a adotarem as leis fiscais na evidenciação da contabilidade societária prejudicando assim a essência desta informação e reduzindo sua utilidade para os usuários do mercado de capitais. Uma empresa que prove a seus usuários as informações necessárias é definida como uma empresa transparente. Segundo Tapscott e Ticoll (2005, p.23) a transparência de uma empresa pode ser definida como “a acessibilidade, para os stakeholders, as informações institucionais referentes a assuntos que afetem seus interesses.”.

Com a expansão das Bolsas de Valores, e o crescente número de investidores aplicando suas reservas no mercado de capitais, a governança corporativa surgiu como um mecanismo de controle para assegurar os interesses dos usuários com menor poder de barganha. Segundo Lodi (2000, p.24) a governança corporativa é um “sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva.” Nesse sentido a governança corporativa serve como um instrumento minimizador do conflito de interesses entre o gestor e o acionista minoritário.

Visando entender essa nova realidade do mercado financeiro onde diversas empresas têm utilizado artifícios contábeis para benefício próprio (captação de recursos), este trabalho tem como finalidade quantificar as fraudes no período de 2001 a 2004. Para isso, essa pesquisa utilizou duas óticas distintas: uma visão acadêmica e uma visão não-acadêmica. Na visão não-acadêmica, buscou-se identificar a repercussão das fraudes contábeis retratadas em dois jornais econômicos brasileiros: Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Na análise da visão acadêmica buscou-se quantificar os artigos acadêmicos das principais revistas acadêmicas de contabilidade, administração, e auditoria nacionais e internacionais.

4. Visão não-acadêmica de fraudes

Esta parte do estudo tem como finalidade analisar a repercussão das fraudes contábeis retratadas em jornais econômicos brasileiros no período de 2001 a 2004. A coleta dos artigos relacionados foi realizada em dois websites disponibilizados na internet, sendo um deles referente à Gazeta Mercantil (GM) e o outro ao Valor Econômico (VE), durante o período de 01 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004. Foram utilizadas expressões-chave que, fazendo parte das palavras do artigo,

trariam os mesmos relacionados ao assunto, formando então o material estudado. Sendo elas: fraude contábil, fraudes contábeis, fraude financeira, fraudes financeiras, escândalo contábil, escândalos contábeis, irregularidade contábil, irregularidades contábeis. O quadro 2 ilustra os passos utilizados para selecionar os artigos desejados.

	Gazeta Mercantil	Valor Econômico
1	Acesso do <i>website</i> www.investnews.com.br ;	Acesso do <i>website</i> www.valoronline.com.br ;
2	Na área "Assinante" foi efetuado <i>login</i> (códigos de assinante) para obter acesso ao material desejado;	
3	No campo "Acesso Exclusivo" foi selecionado o <i>link</i> "Banco de Notícias";	Selecionado o <i>link</i> "Busca Avançada";
4	No campo "Pesquisar", foi inserida uma expressão-chave (ex.: fraude contábil), selecionando os itens "Título", "Texto" e "Todas as palavras", informando no campo "Período" a data inicial e final da busca, sempre compreendendo um ano (ex.: 01/01/01 à 31/12/01), e selecionando no campo "Editorias" o item "Gazeta Mercantil (português)";	No campo em branco foi inserida uma das expressões-chave (ex.: fraudes contábeis), selecionando o local da busca dos resultados como "Jornal Impresso", formato da busca e apresentação como "Busca exata", busca por período como "Todas as edições" e filtrar resultados da busca por período informando o dia/mês/ano de início e fim.
5	Selecionado "Buscar";	Selecionado "Filtrar";
6	Os artigos buscados foram acessados e copiados para um novo arquivo de extensão tipo <i>doc</i> (documento do <i>Word</i>).	

Fonte: os autores

Quadro 2. Metodologia de seleção dos artigos

Nas buscas feitas nos dois jornais, todas as expressões-chave foram pesquisadas individualmente durante cada ano em questão, ou seja, os passos 4, 5 e 6 foram realizados para cada uma das 08 (oito) expressões-chave dentro dos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, sempre iniciando o período em 01 de janeiro e finalizando-o em 31 de dezembro. No total da pesquisa foram feitas 64 buscas nos websites relacionados, coletando todo o material pesquisado, ou seja, muitos artigos que nada tratavam sobre o assunto em pauta, mas levantados pelo website por conter uma das palavras da expressão-chave. Após a coleta dos artigos, a pesquisa seguiu-se com a seleção dos mesmos, filtrando o material relacionado ao tema da pesquisa do material não condizente ao assunto (artigos de temas diversos que citavam as fraudes contábeis). Foram excluídos os artigos que não continham as expressões-chave completas, ou seja, quando somente uma das palavras da expressão compôs o artigo, este foi excluído. Também não compuseram o rol dos artigos selecionados aqueles que foram considerados do tipo "nota" e "chamada", assim dizendo, breves menções jornalísticas anunciando fatos relacionados às fraudes contábeis do momento. O quadro 3 abaixo apresenta o total de artigos selecionados por jornal.

PERIÓDICO	2001	2002	2003	2004	TOTAL
VALOR ECONÔMICO	3	62	43	44	152
GAZETA MERCANTIL	3	115	35	59	212
TOTAL ANUAL	6	177	78	103	364

Fonte: os autores

Quadro 3. Artigos selecionados por Jornal

Observa-se que o ano com menor incidência de artigos relacionados ao tema é o de 2001, com apenas 06 artigos, e o de maior incidência é o de 2002, com 177 artigos. Fato este que pode estar relacionado diretamente ao escândalo contábil que se tornou público em novembro de 2001, com a fraude da multinacional do setor energético Enron. Seguindo tal acontecimento, ainda no ano de 2002, foram surgindo outros casos de fraudes contábeis em empresas consideradas sólidas no mercado, como a gigante de telefonia americana WorldCom – controladora da Embratel no Brasil – que segundo Romero (2002), contabilizou suas despesas irregularmente abrindo uma fraude contábil de US\$ 3,8 bilhões.

No ano subsequente, a quantidade de artigos publicados sobre os escândalos contábeis reduziu consideravelmente, caindo de 177 em 2002 para 78 em 2003. A razão para essa queda pode estar ligada à criação da lei americana Sarbanes-Oxley em abril de 2002, medida tomada pelo governo americano para tentar controlar os vários casos de fraude contábil no mercado. Com a leitura do material, foram quantificadas as menções feitas a cada empresa que esteve relacionada às irregularidades contábeis durante o período em estudo. Os quadros 03 e 04 demonstram quais foram elas e quantas foram as suas menções. Vale lembrar que em um artigo pôde haver menção de duas empresas. O quadro 4 ilustra as empresas nacionais citadas.

EMPRESAS MENCIONADAS	2001	2002	2003	2004	TOTAL
Agora	0	0	0	1	1
Banco do Estado do Pará	1	0	0	0	1
Banco do Nordeste	0	1	0	0	1
Banco Econômico	0	1	0	0	1
Banco Nacional	1	2	0	3	6
Banco Noroeste	0	0	0	2	2
Confederação Brasileira de Tênis	0	0	0	1	1
Edifício JK	0	0	0	1	1
Encol	0	0	1	0	1
FIEP	0	0	0	1	1
Fininvest S/A	1	0	0	0	1
Polyplaster	0	0	0	1	1
Voetur	0	0	0	2	2
TOTAL	3	4	1	12	20

Fonte: os autores

Quadro 4. Empresas nacionais mencionadas

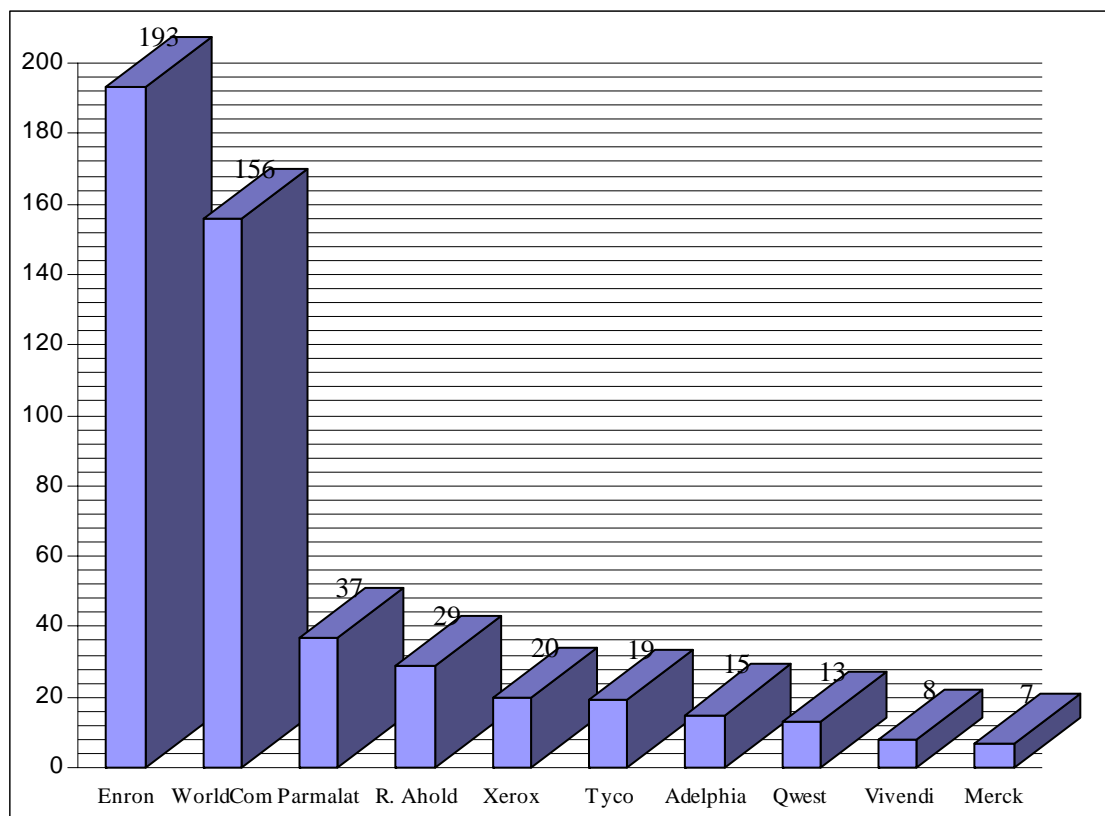
Somente 13 empresas brasileiras são mencionadas durante 4 anos, e a maioria delas somente em um único artigo. Talvez a maior incidência ocorrida em 2004 e ainda em empresas privadas, reflita a preocupação do país em relação às irregularidades contábeis, haja visto que nos anos de 2001, 2002 e 2003 somente bancos estiveram envolvidos em fraudes. Contudo, vale ressaltar que o Banco Santos não foi mencionado nos jornais durante o período analisado. Possivelmente isso é devido à metodologia efetuada para fazer a procura e também devido ao fato que os artigos sobre a “quebra” do banco não incorporavam a palavra ‘fraude’, ‘erros contábeis’ e ‘irregularidades contábeis’. O quadro 5 ilustra as empresas internacionais citadas.

EMPRESAS MENCIONADAS	PAÍS	2001	2002	2003	2004	TOTAL
ABB	Suíça	0	1	0	0	1
Adecco	EUA	0	0	0	1	1
Adelphia Communications	EUA	0	12	2	1	15
AOL	EUA	0	1	0	1	2
Boeing	EUA	0	2	0	0	2
Brystol-Myers Squibb	EUA	0	2	0	0	2
Computer Assoc. Internat.	EUA	0	0	0	6	6
ConAgra Foods Inc.	EUA	1	0	0	0	1
Daewoo Group	Coréia	1	0	0	0	1
Dynegy	EUA	0	1	1	0	2
Enron	EUA	0	122	33	38	193
FIFA	Suíça	0	1	0	0	1
Global Crossing	EUA	0	6	0	0	6
Halliburton Co.	EUA	0	2	0	4	6
HealthSouth	EUA	0	0	4	2	6
ImClone	EUA	0	0	1	0	1
Kmart	EUA	0	0	1	0	1
Lucent Technologies Inc.	EUA	1	0	0	0	1
Merck	EUA	0	7	0	0	7
Nortel Networks	Canadá	0	0	0	2	2
Parmalat	Itália	0	0	0	37	37
Qwest	EUA	0	10	2	1	13
Royal Ahold	Holanda	0	0	24	5	29
Shell	Alemanha	0	0	0	3	3
Starmedia Networks	EUA	0	1	0	0	1
Sunbeam Corp.	EUA	1	0	0	0	1
Tops Markets	EUA	0	0	1	0	1
Tyco	EUA	0	12	4	3	19
US Foodservice	EUA	0	0	2	0	2
Vivendi Universal	França	0	5	2	1	8
WorldCom	EUA	0	108	28	20	156
Xerox	EUA	2	15	2	1	20
Yukos	Rússia	0	0	0	2	2
TOTAL		6	308	107	128	549

Fonte: os autores

Quadro 5. Empresas internacionais mencionadas

No total das menções foram citadas 46 empresas nos artigos, sendo que desse total 13 empresas são nacionais e 33 internacionais. Vários países compuseram a totalidade das empresas internacionais, porém somente dos EUA foram citadas 24 empresas (73%). A situação nos países estrangeiros é bastante diferente da situação nacional. Enquanto as empresas brasileiras foram citadas somente 20 vezes, as empresas internacionais foram citadas 549 vezes, evidenciando uma realidade nacional, a provável falta de fiscalização e auditoria nos livros contábeis. O quadro 5 apresenta as 10 empresas mais citadas nos artigos selecionados.



Fonte: os autores

Quadro 6. As 10 empresas mais citadas

A multinacional do setor energético Enron lidera o ranking das empresas internacionais, com 193 menções. Precursora dos escândalos contábeis nos EUA, a Enron é a empresa que está sempre sendo citada nos artigos, muitas vezes mencionada como pioneira dos escândalos e outras vezes abordada no seu caso de irregularidade contábil. Logo abaixo está a norte-americana WorldCom, segunda multinacional que entrou em processo de concordata e, segundo Romero (2002), já é considerado o escândalo mais grave da história, do ponto de vista financeiro. O episódio tomou grandes proporções, levando o presidente dos EUA, George W. Bush, a prometer uma investigação completa do caso.

5. Visão acadêmica de fraudes

Recentemente, inúmeros autores no Brasil têm realizado pesquisas visando à análise de publicações acadêmicas. Dentre estas pesquisas podemos destacar os trabalhos de Cardoso et al. (2004) área de custos, Leal et al. (2003) na área de finanças, Tonelli et al. (2003) na área de recursos humanos, Martins (2002) na área de contabilidade e Frezatti e Borba (2000) que analisaram uma amostra de revistas acadêmicas de língua inglesa.

Na análise do tema fraudes no âmbito acadêmico no período de 2001-2004, foram selecionadas 8 revistas nacionais e 21 revistas internacionais da área de administração, contabilidade, auditoria e finanças. Essa amostra foi definida de maneira intencional. As revistas que não foram encontradas em papel, foram selecionadas através do site do Portal de Periódicos da Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>).

Após coleta dos artigos, a análise buscou-se quantificar o número de artigos por revista, o ano das publicações e a metodologia do artigo. Para isso foram lidos os resumos dos artigos das revistas selecionadas. Caso o resumo não fosse suficiente

para a compreensão do tema do artigo, a leitura do texto completo e a discussão entre os autores sobre o conteúdo do artigo foi utilizada. Os artigos que não tratavam dos assuntos desejados foram eliminados, sendo selecionados aqueles que de alguma forma abordavam o tema 'fraudes' nas suas pesquisas.

5.1 Revistas nacionais

As revistas analisadas no âmbito nacional foram:

- A. Revista de Contabilidade e Finanças (USP)
- B. Caderno de Pesquisas em Administração (USP)
- C. Contexto (UFRGS)
- D. Caderno Ebape (FGV)
- E. Revista de Administração Contemporânea (UFPR)
- F. Revista de Administração de Empresas (FGV)
- G. Revista de Administração Mackenzie (RAM)
- H. Revista de Administração (FECAP)

Apesar de muito discutidas no âmbito não-acadêmico (jornais de negócios) conforme análise anterior, foram encontradas apenas três pesquisas acadêmicas que de alguma forma abordavam o tema 'fraudes' nas revistas acima citadas. Sancovschi e Matos (2003) avaliaram o julgamento de profissionais envolvidos com a administração da empresa sobre 'gerenciamento de lucro' em pesquisa publicada na Revista de Administração Contemporânea. Em pesquisa encontrada na Revista de Contabilidade e Finanças, Lopes e Santos (2003) analisaram a administração do lucro contábil e a os critérios para a determinação do 'hedge accounting'. Na mesma revista acadêmica, Santos e Grateron (2003) apresentam alguns temas relacionados com contabilidade criativa bem como a responsabilidade dos profissionais de auditoria.

5.2 Revistas internacionais

Ao contrario do âmbito nacional, onde apenas 3 artigos foram selecionados, o tema 'fraudes' vêm sendo amplamente discutido nas revistas acadêmicas internacionais de contabilidade e auditoria demonstrando a relevância deste tema para a comunidade acadêmica e para o mercado em geral. Não foram considerados artigos que tratavam de revisão de livros (book review), artigos de chamada (marketing), ou artigos que apenas mencionavam as fraudes contábeis em seus trabalhos. Foram considerados apenas os artigos que abordavam o tema fraudes em suas pesquisas, seja no âmbito teórico, empírico ou estudo de caso. Deste modo, no período de 2000-2004 foram selecionados um total de 50 artigos que de alguma forma relacionavam o tema 'fraudes' em suas pesquisas. O quadro 7 apresenta os artigos selecionados nas 12 revistas internacionais analisadas nos últimos 4 anos.

<i>Revistas</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>Total</i>
Abacus	1	-	-	1	2
Accounting Horizons	2	-	1	1	4
Accounting Review	1	-	-	1	2
Accounting, Auditing and Accountability Journal	-	-	1	-	1
Accounting Organization and Society	1	-	-	-	1
Auditing	1	-	1	3	5

Behavioral Research in Accounting	1	1	-	-	2
British Accounting Review	-	-	-	-	-
Contemporary Accounting Research	-	-	2	3	5
Critical Perspectives on Accounting	2	1	-	1	4
The International Journal of Accounting	-	-	-	-	-
The International Journal of Acc. Infor. Systems	-	-	1	-	1
Issues in Accounting Education	-	1	3	3	7
Journal of Accounting and Economics	-	-	-	1	1
Journal of Accounting and Public Policy	-	-	-	-	-
Journal of Accounting Education	-	-	1	-	1
Journal of Accounting Literature	-	-	-	-	-
Journal of Accounting Research	-	-	-	-	-
Managerial Auditing Journal	2	3	2	6	13
Review of Accounting Studies	-	-	1	-	1
Total	11	6	13	20	50

Fonte: os autores

Quadro 7. Total de artigos selecionados nas revistas internacionais.

A revista acadêmica internacional com maior número de artigos relacionados foi a 'Managerial Auditing Journal' com 13 artigos, seguida da 'Issues in Accounting Education' com sete. Vale ressaltar o diferente enfoque dos artigos encontrados nestas duas revistas. Os artigos selecionados na 'Managerial Auditing Journal' se tratavam de artigos mais empíricos ligados à área de auditoria. Já os artigos selecionados na 'Issues in Accounting Education' tratavam de estudos de caso, com um enfoque teórico direcionado ao ensino e entendimento das fraudes na contabilidade. O quadro 8 ilustra a metodologia utilizada nos artigos selecionados.

Metodologia	2001	2002	2003	2004	Total
Empírico	7	4	6	13	30
Estudo de Caso	-	-	5	4	9
Teórico	4	2	2	3	11
Total	11	6	13	20	50

Fonte: os autores

Quadro 8. Metodologia utilizada

Percebe-se que as pesquisas empíricas são a grande maioria com 30 artigos. Neste sentido, esses resultados evidenciam a necessidade de se entender o tema 'fraudes' a partir da prática das entidades, reguladores, gestores, e usuários da contabilidade em geral.

Tema abordado	2001	2002	2003	2004	Total
Fraudes Contábeis	10	4	9	15	38

Fraudes Gerenciais	1	2	4	5	12
Total	11	6	13	20	60

Fonte: os autores

Quadro 9. Tema abordado pelos autores

A maioria dos artigos tratava das fraudes contábeis, provavelmente em razão da contabilidade nos países de língua Inglesa estar intimamente ligada ao mercado de capitais. As fraudes gerenciais por outro lado representam problemas internos da entidade, mas como mencionado anteriormente, as fraudes gerenciais podem estar fortemente correlacionadas com as fraudes contábeis.

6. Conclusão

No atual cenário da economia brasileira, onde os chamados crimes do colarinho branco predominam, faz-se necessário um estudo sobre as manipulações e o uso indevido dos recursos escassos. Neste sentido, a contabilidade serve como instrumento de mensuração da performance e como fonte de informação aos usuários externos das organizações. Entretanto, o objetivo da contabilidade de atuar como fonte redutora da assimetria informacional vem sendo questionado por diversos acadêmicos devido à perda de confiabilidade dos relatórios contábeis.

Para recuperar essa confiabilidade, faz-se necessário um modelo contábil no qual o interesse de todos os usuários seja levado em conta, do gerente ao acionista minoritário. Para melhor entender esse conflito de interesse, também conhecido como teoria do agente (agency theory), necessita-se um entendimento das falhas do modelo de contabilidade atualmente utilizado no Brasil. Neste sentido esse trabalho buscou evidenciar um problema existente na contabilidade, contudo, pouco estudado na academia.

Os resultados encontrados neste estudo demonstram que o tema 'fraudes' está sendo amplamente discutido nos jornais de negócios que foram analisados – Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Na área acadêmica internacional (Journals), fica evidente o estudo do tema fraudes por diversos pesquisadores de várias partes do mundo, incluindo países menos expressivos economicamente que o Brasil, como é o caso da Malásia e Barbados.

No âmbito acadêmico nacional, percebe-se uma literatura incipiente sobre este tema. Faz-se necessário uma maior aprofundamento do estudo das fraudes e sua implementação na pesquisa e no ensino da contabilidade. Segundo Johnson et al. (2003) que analisou 188 universidades dos Estados Unidos e Canadá, temas como 'gerenciamento de lucros', 'contabilidade criativa', 'detecção e prevenção de fraudes' e 'teoria da agência' já estão sendo incorporados ao currículo da contabilidade, visando preparar o profissional para uma nova era das organizações. Neste sentido, a pesquisa acadêmica necessita de trabalhos que possibilitem um conhecimento acerca dos problemas de fraudes nas organizações que atuam no Brasil.

7. Referências bibliográficas

ALBRECHT, Steve. *Fraud Examination*. Editora Thompson. Ohio, 2003.

ALLEYNE, Philmore; HOWARD, Michael. An exploratory study of auditor's responsibility for fraud detection in Barbados. *Managerial Auditing Journal*.

BELL, Timothy; CARCACCIO, Joseph. A decision aid for accessing the likelihood of fraudulent financial reporting. *Auditing*. Vol.19, n.1, spring 2000

BENEISH, Messod. Detecting GAAP violation: implications for assessing earnings management among firms with extreme financial performance. *Journal of Accounting and Public Policy*. Vol.16, p.271-309, 1997.

BRITO, Manoel Francisco. O novo guardião do mercado. *Revista Exame*. n. 816, 26 de abril de 2004.

CARDOSO, Ricardo Lopes; PEREIRA, Carlos Alberto; GUERREIRO, Reinaldo. A Produção Acadêmica em Custos no Âmbito do Enanpad: Uma Análise de 1998 a 2003. Enanpad 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. www.cfc.org.br

CODERRE, David. Computer-assisted fraud detection. *The internal auditor* Vol.57 ,n.4, p.25-27,1997.

COOLEY, J. HICKS, J. *A fuzzy set Approach to Aggregating Internal Control Judgments*. *Management Science*. (29), 3, 1985, pp. 317-334.

CROWDER, Nita. Fraud Detection Techniques. *The internal auditor* Vol.54,n.2, p.17-21,1997.

COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS. www.cvm.org.br

DEFOND, Mark L. JIAMBALVO, James. Incidence and Circumstances of Accounting Errors. *The Accounting Review*. July, 1991.

DOWDELL, Thomas D.; PRESS, Eric. The impact of SEC scrutiny on financial statement reporting of in-process research and development expense. *Journal of Accounting and Public Policy*. Apr. 2004

EINING, Martha; JONES, Donald; LOEBBECKE, James. Reliance on decision aids: an examination of auditor's assessment of management fraud. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*. Vol.16, n.2, p.1-19, 1997.

FARBER, David. Restoring trust after fraud: does corporate governance matter? *The Accounting Review*. Vol.80, n.2, p.539-562, 2005.

FREZATTI, Fabio; BORBA, Jose. Análise dos traços de tendência de uma amostra das revistas científicas da área de contabilidade publicadas em língua inglesa. *Caderno de Estudos FIPECAFI*. Vol. 13, n.25, p.50-78, 2000.

GAO - Government Accounting Office www.gao.gov

GAZETA MERCANTIL. www.investnews.com.br

GILLETT, Peter; UDDIN, Nancy. CFO Intentions of Fraudulent Financial Report. *Auditing*. Vol.24, n.1, p. 55-76, 2005.

HRIBAR, P., JENKINS. The Effect of Accounting Restatements on Earnings Revisions and Estimated Cost of Capital. *Review of Accounting Studies* 9. p. 337-356, 2004

HURON CORPORATION. Annual Review of Financial Reporting Matters, 2005.

KANITZ, Stephen. *A origem da corrupção*. *Revista Veja*, n.º 22, 1999.

KINNEY JR, Willian R.; PALMROSE, Zoe-Vonna; SCHOLZ, Susan. Auditor Independence, Non-Audit Services, and Restatements: Was the U.S. Government Right. *Journal of Accounting Research*, v. 42, n. 3, p. 561-587, 2004.

LEAL, Ricardo; OLIVEIRA, Jefferson; SOLURI, ALINE. Perfil das pesquisas em finanças no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*. V.43, n.1, p.91-103, 2003.

LODI, João. Governança Corporativa -O governos da empresa e o conselho de administração. Editora Campus 2000.

LOPES, Alexsandro; SANTOS, Nelson. A administração do lucro contábil e os critérios para determinação do hedge accounting: utilização da correlação simples dentro do

arcabouço do SFAS n.133. *Revista Contabilidade & Finanças USP*. N.31, p.16-25, 2003.

MARTINS, G. Considerações sobre os doze anos do caderno de estudos, divulgação de trabalho. *Revista Contabilidade & Finanças USP*, n.30,p.81-88, 2002.

MURCIA, Fernando; BORBA, Alonso, AMARAL, Newton. Financial Report Restatement: Evidence from the Brazilian Market. *CLADEA 2005*.

PASSAS, Nikos. False Account: why do company statements often offer a true and fair view of virtual reality? *European Journal on Criminal Policy and Research*. Vol.9, n.2, p.117-135, 2001.

REZAEI, Zabihollah. Causes, consequences, and deterrence of financial statement fraud. *Critical Perspectives on Accounting*. Vol. 16, n.3, p.277-298, 2005.

ROMERO, Cristiano. Caso pode levar WorldCom a pedir concordata. Washington, Valor Econômico, 2002.

SANCOVSCHI, Moacir; MATOS, Felipe. Gerenciamento de lucros: que pensam contadores, administradores e outros profissionais de empresas no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea RAC*. Vol.7, n.4, p. 141-161, 2003.

SANTOS, Ariovaldo; GRATERON, Ivan. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista Contabilidade & Finanças USP*. N.32, p.7-22, 2003.

SILVA,Lino M. A contabilidade e o contador na prevenção nas fraudes. *Cadernos de Controladoria*. Ano 4, n.4, 2004.

SMITH, Malcon et al. Auditor's perception of fraud risk indicators: Malaysian Evidence. *Managerial Auditing Journal*. Vol. 20, n.1, p.73-86, 2005.

SRINIVASAN, Suraj. Consequences of Financial Reporting Failure for Outside Directors: Evidence from Accounting Restatements and Audit Committee Members. *Journal of Accounting Research*, v. 43, n. 2, p. 291-332, 2004.

SUMMERS, Scott; SWEENEY, John. Fraudulently misstated financial statements and insider trading: an empirical analysis. *The Accounting Review*. Vol. 73, n.1, p.131-146, 1998.

TAPSCOTT, Don; TICOLL, David. A empresa transparente: como a era da transparência revolucionará os negócios. M. Books Editora, 2005.

TONELLI, Maria et al. Produção Acadêmica em Recursos Humanos no Brasil:1991-2000. *Revista de Administração de Empresas RAE*. Vol.43, n.1, 105-122, 2003.

VALOR ECONOMICO www.valoronline.com.br

WEISENBORN, Dana; NORRIS, Daniel. Red flags of management fraud. *National Public Accountant*. Vol.42,n.2, p. 29-33, 1997.

WELD, Leonard; BERGEVIN, Peter; MAGRATH, Lorraine. *Anatomy of a Financial Fraud- a forensic examination of HeathSouth*. *The CPA Journal*. Vol.74, n.10, p.44-49, 2004.

WELLS, Joseph. *Principles of Fraud Examination*. Editora Wiley. New Jersey, 2005.

WOLFE, David; HERMANSON, Dana. The Fraud Diamond: Considering the four elements. *The CPA Journal*. Vol.74, n.12, p. 38-42, 2004.